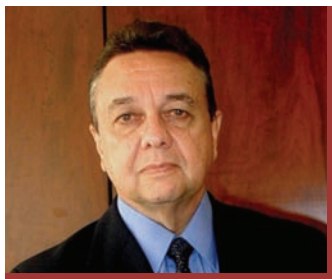


Diário de bordo

Floresta e MDL



Roberto Rodrigues*

A QUESTÃO ambiental entrou definitivamente na agenda do comércio mundial agrícola. Consumidores de todos os países preocupam-se crescentemente com o aquecimento global, com emissões de CO₂, com a camada de ozônio etc. Mas também enxergam os problemas do desmatamento, da erosão do solo, da sustentabilidade produtiva. Com ou sem o viés ideológico, com ou sem a adequada informação, o fato real é que alimentos ou fibras ou biocombustíveis, produzidos sem uma visão preservacionista, tendem a perder mercado. E não há crescimento demográfico ou correspondente aumento da demanda de produtos agrícolas que supere a vontade universal de cuidar do meio ambiente para garantir o bem estar de gerações futuras. E da nossa também!

Nesse cenário vasto, há um tema bastante polêmico no Brasil, que diz respeito às florestas plantadas.

A discussão sobre a lei florestal se arrasta há anos no Congresso Nacional, sem uma definição objetiva. As pressões de ambientalistas de um lado e de agricultores do outro inibem um consenso sobre o tema, de modo que uma MP antiga e desatualizada vai ditando as regras para o setor. Não se chega a um acordo sobre a porcentagem da Reserva Legal, que seria diferente para cada região do País. Pior: não se resolve de uma vez por todas uma questão óbvia, que é a aceitação da Área

de Preservação Permanente (vizinha a rios, nascentes, lagos, encostas etc.) como integrante da Reserva Legal.

Discute-se também a transposição de Reserva Legal para áreas menos próprias para agropecuária, inclusive em outras regiões, e não apenas na mesma micro bacia.

Outro ponto de discussão é qual o órgão público que cuida da implementação e fiscalização das florestas plantadas. O Ministério do Meio Ambiente, como é hoje, ou o da Agricultura, como querem os produtores? A discussão é conceitual. Se floresta plantada tem objetivo econômico, é uma atividade agrícola produtiva como qualquer outra e, portanto, sua política deve ser conduzida por quem cuida de café, alface ou frango.

Se, de outro lado, é uma atividade preservacionista, deve ficar com o Meio Ambiente.

E como fica a exploração racional das florestas? Nos países da Europa e em vários outros desenvolvidos, florestas plantadas têm um manejo estruturado: para cada árvore cortada nas florestas plantadas das fazendas suecas, o agricultor planta outra. E ninguém precisa obrigar: é uma atividade agrícola como outra qualquer, de modo que a renovação da mata é necessária para a renda! E aqui? Uma vez plantada, a floresta nativa permanente fica intocada. Não é racional: pode-se produzir na floresta muito alimento – como palmito, frutas – e muitas plantas aromáticas e medicinais, cuja exploração tem de ser regulamentada, assim como a própria exploração da madeira.

Por último, resta a questão dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e dos Créditos de Carbono. A BM&F está trabalhando com afinco na regulamentação desse ponto. Mas é muito importante que seja regulamentada de uma vez por todas a questão florestal. Além do ponto de vista da ecologia, há muita economia embutida na matéria. É o necessário ecoeco (ecologia com economia). ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Status sanitário de excelência



Cesário Ramalho da Silva*

A COMPANHAMOS, EM maio último, a 75ª. Reunião da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris e Bruxelas, na missão do Brasil na Comunidade Européia. Existem surpreendentes e exemplares vitórias, mas muitos desafios para o programa sanitário brasileiro. A boa nova foi a certificação de Santa Catarina como livre de febre aftosa sem vacinação e o sul do Pará como livre da doença com vacinação.

O parecer favorável a Santa Catarina é um divisor de águas. O resultado, fruto de forte integração entre o setor privado e o público da cadeia produtiva, mostra o modelo de referência do estado catarinense na infra-estrutura sanitária. Agora, o Brasil poderá pleitear na comunidade internacional o reconhecimento da regionalização do seu programa de combate e controle sanitário. Isso vai favorecer a abertura de mercados.

Com o novo status, Santa Catarina torna-se mais atrativa a investimentos. Um passaporte para o acesso de seus produtos agropecuários, com destaque para frangos e suínos, a mercados mais lucrativos, como Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Canadá, México, Chile, UE entre outros. Países potencialmente compradores, com destaque para os Estados Unidos, já sinalizaram interesse em negociar com empresas catarinenses.

Já no caso do Pará, o reconhecimento do sul do estado como livre de aftosa com vacinação valoriza o rebanho, favorece o desenvolvimento das cadeias produtivas e abre oportunidades de negócios. É bom lembrar que a certificação sanitária à parte de um estado localizado na Amazônia Legal é um marco para o desenvolvimento sustentável da região. Foi uma conquista dos pecuaristas e do Ministério da Agricultura.

Outras duas decisões tomadas pela OIE merecem registro:

- a primeira determina que o Paraguai crie áreas de contenção de 15 km em suas fronteiras, fazendo com que o Mato Grosso do Sul também tenha que implementar essas zonas de alta vigilância.
- a segunda trata de novas regras para o bloqueio de áreas nas ocorrências de focos de aftosa. Com a mudança, somente o epicentro e adjacências serão interditados, e não mais o estado inteiro, como é, por exemplo, a situação atual do MS.

Entretanto, o saldo do encontro deixa um rastro de preocupação. De acordo com Sanz, o bloco europeu exigirá cada vez mais:

- rastreabilidade;
- melhor controle e fiscalização das certificadoras;
- maior controle da Guia de Trânsito Animal;
- combate à febre aftosa, em especial nas zonas fronteiriças;
- verificação da eficiência da vacina contra a doença;
- maior rapidez nos testes laboratoriais e no intercâmbio técnico.

Esses requisitos devem ser cumpridos até o final do ano. O Brasil precisa corrigir a toque de caixa os sérios problemas financeiros e estruturais do seu programa sanitário. À medida que cresce a competitividade do agronegócio brasileiro, as exigências internacionais aumentam na mesma proporção e é imperativo que nos adaptemos rapidamente às mudanças. O relógio corre contra nós. Miremos o exemplo de Santa Catarina. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Contratos, câmbio e a dinâmica do agronegócio



João Sampaio*

FAZEM PARTE do passado os contratos baseados na palavra ou, como diriam os mais velhos, no fio do bigode. Hoje envolvem cláusulas complexas e regem a dinâmica das cadeias produtivas e das economias nacionais. Para o agronegócio, cada vez mais são instrumentos importantes, para dar estabilidade e ganhos equilibrados, com envolvimento desde a garantia da propriedade da terra, o fornecimento de insumos versus safra até os contenciosos da Organização Mundial do Comércio. No entanto, há resistência e falta de dispositivos para respeitá-los e cumpri-los.

Com o uso intensivo de tecnologia, produção em grande escala, a “commoditização” dos produtos e a explosão das exportações, houve uma proliferação de diferentes operações entre agentes em cada fase do processo produtivo. A gama de contratos estabelecidos mudou a cara das transações comerciais agrícolas.

O avanço da agricultura moderna para áreas mais distantes do eixo sul-sudeste, como o cerrado mato-grossense e goiano, o oeste baiano, sul do Maranhão, o sertão de Pernambuco, também criou índices regionais de produtividade e de custos. Sem a generalização, os contratos diferenciados são vitais.

Dentro dessa sistemática contratual interna das cadeias de produção agro-

pecuária outro passo foi a evolução para os mecanismos de gerenciamentos de riscos, com operações de *hedge* em bolsas de mercadorias. Popularizar e permitir o acesso dos médios e pequenos produtores a essa forma de proteção deve ser perseguido pelos administradores públicos.

O governo deve trabalhar pela obediência aos contratos de qualquer ordem. O seu não-cumprimento sempre trará prejuízos. Um exemplo clássico e recente: o Brasil venceu os Estados Unidos no contencioso do algodão na Organização Mundial de Comércio. Ficou provado o apoio aos agricultores daquele país, com desequilíbrio no mercado internacional. Não houve por parte dos norte-americanos o cumprimento. Quem pagou? O cotonicultor brasileiro e de outros países que não usufruem dos mesmos benefícios.

O cumprimento dos contratos deve passar também por políticas públicas garantidoras de equilíbrio econômico dentro das cadeias produtivas. No momento atual, o câmbio, os preços dos insumos e o valor do óleo diesel asfixiam e comprometem a obediência dos contratos. Pregar que eles sejam rasgados, não podemos. O que fazer?

Propor o cumprimento dos contratos alinhado a uma política de incentivos. São medidas que vão desde financiamentos mais compatíveis aos custos de produção e aos custos de cada operação dentro da cadeia produtiva até o subsídio ao óleo diesel e cortes tributários generalizados para o setor. Enfim, não podemos ser tímidos, caso contrário, não teremos como honrar nossos compromissos. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira